

## FAMILIA, O ESTADO E A ALIENAÇÃO PARENTAL

**Thatyane Kowalski Lacerda Scandelari<sup>1</sup>**

### RESUMO

O presente trabalho aborda as novas problemáticas familiares, oriundas das dissoluções conjugais, que resultam muitas vezes na alienação parental, quando da disputa pela guarda. Analisa ainda a evolução do instituto do pátrio poder para o do poder paternal e suas implicações. Elenca ainda, de forma sucinta, os diferentes tipos de guarda bem como a inclinação dos tribunais para o tipo de guarda que julgam mais interessante ao infante. Conceitua alienação parental e faz apontamentos legislativos relevantes. Discorre sobre as atribuições e desempenho do Poder Judiciário nas questões que envolvem a alienação parental. Enfatiza os principais problemas psicológicos causados pelo fenômeno da alienação parental e suas conseqüências. Aborda possíveis formas de atuação estatal em caráter protetivo e repressivo no combate da alienação parental. Trata do Estado solidário e seus preceitos, oriundos da Constituição Federal de 1988, no embate da alienação parental. Elenca algumas formas de atuação judiciária pelas vias da ação judicial.

**Palavras-chave:** Alienação Parental. Síndrome da Alienação Parental. Estado Solidário. Intervenção Judiciária na Alienação Parental. Dissolução Conjugal.

### ABSTRACT

This work approaches the new family problem, arising from marital dissolutions, which often result in parental alienation, at the time of the custody dispute. It also examines the evolution of the institution of parental power to parental authority and its implications. It lists succinctly, the different types of custody as well as the inclination of the courts to the type of custody considered more interesting to the infant. Conceptualizes parental alienation and makes relevant legislative notes. Discusses the role and performance of the judiciary on issues involving parental alienation. Emphasizes the main psychological problems caused by the phenomenon of the parental alienation and its consequences. Approaches the possible forms of state action under protective and repressive character on the combat of the parental alienation. It is the Welfare State and its precepts, derived from the Federal Constitution of 1988, in combat to parental alienation. It lists some forms of legal action by means of a lawsuit.

**Keywords:** Parental Alienation. Parental Alienation Syndrome. Welfare State. Judicial Intervention in Parental Alienation. Marital Dissolution.

Introdução

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Direito, Faculdades Opet.

A alienação parental é fenômeno considerado recente na história do direito e consiste no mau uso, que o genitor que detém a guarda faz desta prerrogativa, em detrimento do outro genitor. Desta manipulação podem ocorrer diversos transtornos psíquicos e em 1985, Richard Gardner, professor de psiquiatria da Universidade de Columbia, localizada nos Estados Unidos da América, identificou e catalogou o principal transtorno, conhecido como Síndrome da Alienação Parental.

O presente trabalho tem como tema “Família, o Estado e a Alienação Parental” e envolve o estudo da Síndrome da Alienação Parental, as consequências psicológicas causadas ao menor e ao genitor que sofrem com os abusos e de que forma a família, a sociedade e o Estado devem agir na busca pelas soluções, de modo a causar menos trauma possível aos envolvidos. Procura-se dar ênfase na atuação estatal, que desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, alicerçou como princípios basilares, o bem estar social, a proteção aos direitos eleitos como fundamentais e a idéia de que a família é elemento mais que essencial e central ao desenvolvimento da nação. Este estudo tem por objetivo, abordar as novas problemáticas familiares, oriundas das dissoluções conjugais, que resultam muitas vezes na alienação parental, quando da disputa pela guarda. Objetiva ainda, salientar os problemas decorrentes da alienação parental e as diferentes formas de tratar os litígios oriundos deste fenômeno.

A presente pesquisa tem cunho bibliográfico e foi pautada em diversas obras de juristas que vivenciam diariamente o problema, bem como em legislações específicas, julgados e análise crítica de artigos publicados pertinentes ao tema. O referencial utilizado para o desenvolvimento desta pesquisa é a obra da ilustríssima autora Maria Berenice Dias, que durante toda sua carreira foi militante nas causas familiares e sociais e contribui até hoje grandiosamente na construção de um Brasil mais justo e solidário.

O problema norteador para embasar a escolha do tema e seu conseqüente desenvolvimento é a premente necessidade de abordar as questões relativas à Síndrome da Alienação Parental e os problemas psicológicos que ela causa aos envolvidos, e, por conseqüente, todo o colapso em cadeia que tais transtornos ocasionam e que perduram, muitas vezes, por toda a vida dos menores e genitores alienados.

O objetivo é buscar dados concretos que alicercem as propostas elencadas na pesquisa, com o intuito de propor soluções que apaziguem ou extingam as causas de conflitos entre os detentores da guarda e os menores disputados

O primeiro capítulo discorre sobre o direito de família, bem como as mudanças no âmbito familiar quando envolvem dissolução conjugal e conseqüentemente o deferimento da guarda à um dos genitores, o que, comumente, gera prejuízos ao outro, não detentor da guarda, no que concerne, as transgressões psicológicas.

Insta o segundo capítulo a analisar o conceito de alienação parental, através da definição dada pela legislação específica que descreve o fenômeno (Lei 12.318 de 2010), bem como a proteção despendida por todo aparato jurídico brasileiro qual seja, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Código Civil, os julgados dos tribunais bem como as ações multidisciplinares que buscam efetivar o Princípio da Proteção Integral às crianças e adolescentes brasileiros. As legislações em comento, tangenciam os direitos em análise e estão apontadas de forma esparsa em todo desenvolvimento da pesquisa. Analisa-se ainda, os transtornos psicossociais causados pela alienação parental e suas conseqüências em menor e em maior escala.

O terceiro capítulo buscar apontar as hipóteses que objetivam e fundamentam a existência deste trabalho, e inicia-se pelo estudo do princípio da solidariedade, passando pelo princípio da máxima efetividade. Prevê ainda, as obrigações estatais de intervir nas células familiares a fim de evitar que a Alienação Parental, logo que detectada, seja combatida de forma a cessar tão logo possível e para atenuar os possíveis transtornos já acarretados ou ainda evitando-os. Discorre-se também, sobre as formas de compelir o Estado a agir, buscando dar efetividade aos preceitos constitucionais.

## O Estado e a família

### A evolução do direito de família

Historicamente, é notória a percepção acerca da evolução do modelo familiar, passando de um modelo uno para uma infinidade de outros modelos, onde o que predomina para a concepção do núcleo familiar é o afeto, segundo Maria Berenice Dias (2009).

Diante de tal quadro, é necessário o direito evoluir e adaptar-se aos novos modelos familiares e suas novas problemáticas.

Por ser instituto basilar da sociedade, a família merece toda atenção do Estado, que deve zelar pelo seu perfeito desenvolvimento, seja na modalidade que for. Quando há supressão de direito de menores, a atenção deve ser redobrada, a fim de garantir princípios e direitos fundamentais alicerçados na Constituição Federal de 1988, conforme alude o artigo 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e **à convivência familiar e comunitária**, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, crueldade e opressão. (grifo nosso)

Destaca-se ainda no supracitado artigo, o princípio da proteção integral da criança e do adolescente que aduz que tanto o Estado, como a família e a sociedade detém a obrigação de resguardar os menores, conforme ensinamentos de Maria Regina Fay de Azambuja (2009).

Para garantir um Estado democrático de direito, é extremamente salutar e até mesmo contundente a manutenção e proteção dos direitos humanos, observando principalmente o princípio da dignidade da pessoa humana, tão em voga na atualidade. Este preceito emana do preâmbulo de nossa Carta Magna conforme os ensinamentos de Alexandre de Moraes, (2007, p.42):

O preâmbulo de uma Constituição pode ser definido como documento de intenções de diploma, e consiste em uma *certidão de origem e legitimidade do novo texto* e uma *proclamação de princípios*, demonstrando a ruptura com o ordenamento constitucional anterior e o surgimento jurídico de um novo Estado.(grifo do autor).

A Convenção Internacional dos Direitos das Crianças, ratificada pelo Brasil em 1990, deu ensejo à promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069 de 1990) e determinou em seu artigo 19:

Os Estados Partes adotarão todas as medidas legislativas, administrativas, sociais e educacionais apropriadas para proteger a criança contra todas as formas de violência física ou mental, abuso ou tratamento negligente, maus tratos ou exploração, inclusive abuso sexual, enquanto a criança estiver sob a custódia dos pais, do representante legal ou de qualquer outra pessoa responsável por ela.

Com o advento de nova realidade constitucional e o Estatuto da Criança e do Adolescente, os menores de 18 anos passaram a ser vistos como sujeitos de direitos, nesse sentido leciona Josiane Rose Petry Veronese e Mayra Silveira (2011).

O próximo tópico discorre sobre como é exercido o poder paternal diante da dissolução familiar.

#### O Poder Paternal e a dissolução familiar

Com a evolução histórica do direito, que por óbvio traduz-se da evolução histórica da sociedade, evidencia-se a criação e o reconhecimento de uma gama de novas famílias. Com estas novas famílias surge a necessidade de discutir seus prementes problemas, dando ênfase para as diversas modalidades de guarda, e como consequência disto, eventualmente, nota-se a ocorrência da alienação parental exercida normalmente por um dos genitores em detrimento da imagem de outro conforme leciona Maria Berenice Dias (2009).

Em 1989, com a proclamação da “Convenção sobre os Direitos da Criança”, institui-se o princípio do melhor interesse da criança, sendo este, vetor para a tomada de decisões no que concerne a guarda dos filhos menores e são preceitos de Josiane Rose Petry Veronese e Mayra Silveira (2011).

O que antes levava a denominação de “pátrio poder”, oriunda das ordenações filipinas, datada de 1603, e que imperou até a promulgação do Código Civil de 2002, passa a ter denominação de “poder familiar”, expresso no artigo 1.630 do código e são seus termos que “os filhos estão sujeitos ao poder familiar, enquanto menores”. A primeira resultava no poder absoluto da figura do pai em relação aos filhos menores, a segunda diz respeito ao conjunto de obrigações, encargos e deveres de ambos os pais em relação aos seus filhos, conforme elucida Maria Regina Fay de Azambuja, (2009, p.108):

O atual código civil, atendendo à evolução constitucional prevê a igualdade de direitos e deveres entre o homem e a mulher, bem como o reconhecimento da criança e do adolescente como pessoas em fase especial de desenvolvimento, deu ao instituto a denominação de Poder Familiar. Alguns doutrinadores preferem o uso autoridade parental.

Em nossa vigente Lei Maior, está previsto no artigo 229 que “os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores”.

Em 1990, a Lei 8.069, denominada como Estatuto da Criança e do Adolescente, explicitou em seu artigo 21 que o poder familiar incumbe a ambos os genitores e o artigo 22 define um rol taxativo da obrigação parental perante os filhos

e é seu texto: “Aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais”.

Desta feita, evidenciada na Constituição Federal de 1988, uma nova realidade familiar, alude-se que os menores passam a ser sujeitos de direito e não mais objetos de direito conforme ensinamentos de Silvio Venosa (2004).

No Código Civil de 2002, o artigo 1.631 corrobora o artigo 21 da Lei 8.069 de 1990, evidenciando que a ambos os pais cabe o Poder Familiar, e por isto, ambos se incumbem na obrigatoriedade de atender às necessidades de todo gênero de sua prole, também acentuado no artigo 1634 da mesma lei. O poder familiar vem tangenciado de um modo geral dentro dos artigos 1.630 ao 1.638 do Código em comento.

Ana Carolina Brochado Teixeira (2009, p.99) *apud* Rosa Candido Martins (2004, p. 65-74), define poder paternal e são seus dizeres:

Rosa Candido Martins define poder paternal como poder funcional ou poder-dever que a ordem jurídica atribui a ambos os genitores, de modo que estes, no seu exercício, realizem e promovam os interesses dos filhos menores. É pacífico que os poderes dos pais não configuram verdadeiros direitos subjetivos, pois que não são exercidos de forma livre no interesse próprio.

Com as inúmeras conquistas da humanidade e principalmente aquelas consagradas pelas mulheres, notam-se profundas mudanças nas estruturas familiares, o que evidentemente tem levado a evolução legislativa, mesmo que de forma lenta e dissociada.

Atualmente, as famílias tem se dissolvido de forma corriqueira e célere, tornando os novos tempos e a sociedade com características menos palpáveis, conforme preceitua Zigmunt Bauman (2007, p.7):

A passagem da fase ‘sólida’ da modernidade para a ‘líquida’ - ou seja, para uma condição em que as organizações sociais (estruturas que limitam as escolhas individuais) não podem mais manter sua forma por muito tempo, pois se decompõem e se dissolvem mais rápido que o tempo que leva para moldá-las.

Nesta direção, alude-se a separação de um casal muitas vezes ao quadro de comprometimento dos vínculos parentais, o que não deveria acontecer, segundo Maria Regina Fay de Azambuja (2009).

Com o rompimento das bases conjugais, os filhos se vêem em situação de impasse, onde inúmeras vezes sofrem as consequências dos pais se desentenderem, ao ponto de colocar seus interesses ou conflitos sobre o interesse dos menores. Normalmente, é a partir da dissolução envolvendo disputa pela guarda, que decorre o fenômeno da alienação parental, tema a ser tratado a seguir.

O próximo tópico aborda como o Poder Judiciário tende a estabelecer a guarda e suas implicações.

#### Guarda após a dissolução familiar

Quando efetiva-se a dissolução do casamento, onde existem menores envolvidos, quase sempre há discussão acerca da guarda. Os vetores estabelecidos para a decisão sobre qual dos pais ou se ambos deterão a autoridade parental sobre

seus filhos, vem definido pelo artigo 1.612 do Código Civil, que preceitua a busca pelo atendimento dos melhores interesses do menor, bem como a vontade dos pais, conforme elucida Maria Berenice Dias (2009). A doutrinadora preceitua ainda os diversos tipos de guarda conforme segue aludido.

O judiciário, em um primeiro momento, tem buscado estabelecer a guarda compartilhada, criada pela Lei 11.698 de 2008, quando das dissoluções conjugais, que tem como característica a co-responsabilidade parental, a ampla participação de ambos os genitores na educação e na formação de sua prole. Subsidiariamente existe outra modalidade da guarda compartilhada, chamada “aninhamento” e prevalece como característica a permanência dos filhos em uma única residência e a alternância dos pais na administração desta casa. Outro tipo de guarda é a alternada, onde o poder parental é alternado, por determinados períodos de tempo entre os genitores e ainda a guarda unilateral, onde resta a apenas um deles a detenção da autoridade parental e ao excluído fica resguardado o direito de visita.

O assunto é tão relevante, que corriqueiramente uma separação causa tamanho impacto nos filhos, que envolve nisto o Poder Judiciário e até mesmo o setor de saúde que administram as contingências no âmbito familiar.

A interdisciplinaridade se faz muito útil em função do atraso da legislação em relações a situações fáticas de mudança e desenvolvimento da sociedade. Esta interdisciplinaridade pode ser intrajurídica, que significa entre diversos ramos do direito ou extrajurídicas como a contribuição de outras ciências, como a psicologia, psiquiatria, filosofia, entre outras, conforme alude Claudia Gay Barbedo (2009):

É preceito demasiado forte que o direito sem a luz de outras disciplinas não prospera, porque é feito para o homem, e para tanto necessariamente tem de haver a divagação por entre outras ciências. Neste sentido, preleciona Claudia Gay Barbedo (2009, p.149):

A escolha da integração dos saberes, em especial entre o Direito e a Psicologia analítica, é fruto da adoção do referencial teórico de Carl Gustav Jung. O diálogo entre o Direito e a Psicologia analítica não significa psicologizar aquele ou jurisdicizar esta, mas suprir a lacuna jurídica por meio da interdisciplinaridade.

Diante do quadro de dissolução conjugal e dos litígios que se insurgem dos desentendimentos dos pais, pode haver intervenção estatal no sentido de dirimir os conflitos em interdisciplinaridade com outras ciências, a fim de combater a alienação parental, fenômeno a ser explicitado de forma minuciosa no próximo capítulo.

## Alienação Parental

### Conceito de Alienação Parental

A alienação parental é decorrência da mudança dos modelos familiares, antes ortodoxos e agora tão plurais. A alienação parental consiste na vantagem que o genitor que detém a guarda possui e no mau uso desta vantagem para manipular o menor. Consiste ainda, em pormenorizar e dar ênfase aos defeitos do genitor que não detém a guarda. Prudente ressaltar que não só os pais são responsáveis pela alienação parental, podendo qualquer parente ou detentor da guarda criar situações ou mecanismos de afastamento do menor e o parente alienado, segundo preceito de Fabio Vieira Figueiredo e Georgios Alexandridis (2011).

A alienação tem como conseqüência o detrimento do relacionamento entre o genitor alienado<sup>2</sup> e o menor que sofre o abuso e segundo Maria Berenice Dias (2009):

Sua origem está ligada à intensificação das estruturas de convivência familiar, o que fez surgir, em conseqüência, maior aproximação dos pais com os filhos. Assim, quando da separação dos genitores, passou a haver entre eles uma disputa pela guarda dos filhos, algo impensável até algum tempo atrás. Antes, a naturalização da função materna levava a que os filhos ficassem sob a guarda da mãe. Ao pai restava somente o direito de visitas em dias predeterminados, normalmente em fins-de-semana alternados.

A identificação da ocorrência da Alienação Parental, normalmente consiste na desconstituição familiar, quando os pais não conseguem manter um relacionamento saudável e harmonioso entre eles. Com isto, os menores envolvidos acabam por sofrerem com os dissabores do fim do relacionamento de seus pais e passam a ser objeto de disputa entre eles, onde são usados com o intuito de atingir de forma egoísta ao outro genitor, segundo ensinamentos de Priscilla Maria Correa da Fonseca (2009).

Segundo Maria Berenice Dias (2009), o genitor que detém a guarda passa a implantar idéias pejorativas nos menores a respeito do outro genitor, que passa a ter baixa estima e muitas vezes problemas psicológicos sérios, e ainda causa uma ruptura no relacionamento com o genitor alienado, que pode perdurar por anos ou até mesmo nunca voltar a se restabelecer de forma íntegra.

Outra modalidade de alienação, mais grave que a anterior, consiste na implantação de falsas memórias no infante, sobre ele ter sofrido abusos ou assédios sexuais pelo genitor alienado. O menor passa a acreditar que realmente foi vítima de abusos e repele o outro genitor de forma incisiva, ainda sobre preceitos de Maria Berenice Dias (2009).

Contudo, conforme apresentado nas dissertações de Priscilla Maria Correa da Fonseca (2009) existem diversas formas de alienação parental, e já foram relatados inclusive casos de homicídio ou cometimento de outros crimes, na tentativa de ver destituída a relação entre genitor e filho. No intento de evitar ou até mesmo punir casos de alienação parental, foi criada uma lei específica, com a finalidade precípua de proteção aos menores vitimizados ou o alienado, tema que é tratado a seguir.

#### Legislação sobre Alienação Parental e o Poder Judiciário

A Lei 12.318 de 26 de agosto de 2010 define em seu artigo 2º a Alienação Parental:

Considera-se ato de alienação parental a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este.

---

<sup>2</sup> Alienado é o genitor que sofre os abusos do outro.

A referida lei (Lei da Alienação Parental), tem o condão de respaldar juridicamente os genitores que se sentem ofendidos ou acuados pela alienação parental e os menores alienados, buscando evoluir à situação fática que ocorre há décadas e que vem sendo discutida e amparada pelo sistema judiciário brasileiro e por juristas. Fabio Vieira Figueiredo e Georgios Alexandridis (2011, p. 9) explicam que “a razão da norma é a proteção da dignidade da pessoa humana do menor”.

A intenção, portanto, é analisar enfaticamente todos os elementos que envolvam a alienação parental, buscando formas de solução dos conflitos da nova sociedade, e a lei específica vem para tutelar os direitos de pais e filhos, e amparar a família, a sociedade, o Estado e o Poder Judiciário, a conduzir de forma circunscrita cada caso.

A análise casuística que se dá nos relatos da alienação parental, leva a uma construção jurisprudencial conflituosa, por vezes omissa, desproporcional ou injusta. Cabe ao estado, de forma solidária promover ações de suprimento das alienações parentais, bem como homogeneizar através de legislação as medidas cautelares ou repressivas adequadas a cada situação ou pelo menos o maior número delas, segundo Vera Lucia Andersen Pinheiro (2009).

O problema existe, não é novo e deve ser amplamente combatido. Contudo, devido a preceitos constitucionais, evidente se faz a intervenção estatal, pelo instituto da solidariedade e também pela magnitude e amplitude que tais medidas alcançam. A intervenção em voga, não diz respeito apenas aos atos supervenientes à alienação, mas principalmente na criação, execução e fiscalização de medidas de proteção e educação, que alude Josiane Rose Petry Veronese (2011).

A importância do desenvolvimento de meios educativos, com o fim de combater a alienação, repousa na amplitude dos malefícios que uma intervenção posterior possa ter. O alienado sofre todo tido de transgressão pelo alienador e pode vir a ter inúmeros problemas com consequências que perdurarão para a vida toda. Além da educação da sociedade, com foco nas crianças e nos pais, deveras importante ou mais importante ainda é a educação e preparo dos juízes de família, para que consigam de forma até mais intuitiva perceber a presença da alienação parental ou se as acusações contra o genitor alienado são meras especulações vingativas, segundo Priscilla Maria Correa da Fonseca (2009).

Neste mesmo sentido, a promotora de família Vera Lucia Andersen Pinheiro aduz que “O Estado não pode ficar inerte, esperando apenas pelo bom-senso dos pais para assegurar aos filhos ambiente familiar sadio”.

O ideal a ser buscado por toda a sociedade, o Estado e o judiciário é a interação harmoniosa entre pais separados e seus filhos, por ser a família célula que embasa o coletivo, a fim de manter saudável o desenvolvimento das crianças e, por conseguinte a garantia de um futuro melhor para todos. Neste sentido preceitua Ana Clarice Leal Teixeira (2012, p.111):

Na coparentalidade cooperativa, os pais reconhecem suas diferenças, mas as isolam, almejando o melhor interesse de seus filhos, ajudando-se mutuamente no dever de educar e criar sua prole. Em virtude de almejar o bem-estar e assegurar um desenvolvimento psíquico sadio dos menores entende-se que esse é o mais ético dos modelos de coparentalidade, pois se encontra nele nítida intenção de assegurar ao rebento seu melhor interesse, garantindo ao menor a convivência familiar a que tem direito e o respeito a uma figura por quem ele nutre grande afeto.

A importância da busca pelo bem estar do menor e da manutenção da harmonia entre pais separados, repousa no fato da alienação parental não ser um simples castigo ou eventual dissabor, por causar inúmeros problemas de ordem psíquica tanto ao menor, quanto ao genitor alienado, acarretando uma série de repercussões na constância da alienação e por vezes, para o resto da vida. Deste tema, tratamos no próximo tópico.

### Problemas Psicológicos causados pela Alienação Parental

Preconiza Priscilla Maria Correa da Fonseca, 2006, que os problemas que afetam as crianças quando há a alienação parental são inúmeros, e dentre eles estão: “angústia, comportamento hostil, depressão, sentimento de deslealdade com o genitor alienado, transtornos de identidade, distúrbios psicossociais, entre outros”. A Lei 12.318 de 26 de agosto de 2010, define em seu artigo 3º:

A prática de ato de alienação parental fere direito fundamental da criança e do adolescente de convivência familiar saudável, prejudica a realização de afeto nas relações com genitor e com o grupo familiar, constitui abuso moral contra a criança ou o adolescente e descumprimento dos deveres inerentes à autoridade parental ou decorrentes de tutela ou guarda.

A Síndrome de Alienação Parental (SAP) é tese desenvolvida por Richard Gardner, professor do Departamento de Psiquiatria Infantil da Faculdade de Columbia, Nova York em 1985. Segundo Pablo Gagliano e Rodolfo Pamplona Filho (2012, p. 613) apud Richard Gardner, o conceito da Síndrome é:

A Síndrome de Alienação Parental (SAP) é um distúrbio da infância que aparece quase exclusivamente no contexto de disputa de custódia de crianças. Sua manifestação preliminar é a campanha denegatória contra um dos genitores, uma campanha feita pela própria criança e que não tenha nenhuma justificção. Resulta da combinação das instruções de um genitor (o que faz a lavagem cerebral, programação, doutrinação) e contribuições da própria criança para caluniar o genitor-alvo. Quando o abuso e/ou a negligência parentais verdadeiros estão presentes, a animosidade da criança pode ser justificada, e assim a explicação de Síndrome de Alienação Parental para a hostilidade da criança não é aplicável. (grifo do autor)

A SAP, distúrbio desenvolvido em razão da alienação parental, é notada durante a disputa pela guarda e quando a mesma não é compartilhada e pode deixar marcas irreversíveis na criança manipulada. Nesse sentido, Pablo Gagliano e Rodolfo Pamplona Filho (2012, p. 614) apud Jussara Meirelles:

Assim, se o filho é manipulado por um dos pais para odiar o outro, aos poucos, suavemente se infiltrando nas sua idéias, uma concepção errônea da realidade, essa alienação pode atingir pontos tão críticos que a vítima do ódio, já em desvantagem, não consegue revertê-la.

Insta ressaltar o acometimento de outro distúrbio o “Ambiente Familiar Hostil”, por vezes confundido com a SAP, que conforme leciona Pablo Gagliano e Rodolfo

Pamplona Filho (2012, p.615): “trata-se de qualquer divergência sobre educação, valores, religião entre duas ou mais pessoas ligadas à criança em qualquer situação, enquanto que o SAP ocorre em situações envolvendo a guarda do filho”.

Segundo Maria Berenice Dias, exercer o papel de pai e mãe na atualidade passou a ser denominada como paternidade responsável e a convivência com os filhos passou de um direito a um dever e: “o distanciamento entre pais e filhos produz seqüelas de ordem emocional e reflexos no seu sadio desenvolvimento. O sentimento de dor e abandono pode deixar reflexos permanentes em sua vida”. Na mesma esteira assevera a jurisprudência pátria:

Ação de Modificação de Guarda - Decisão que deferiu a visitação assistida da genitora em local próprio nas dependências do Fórum, quinzenalmente. **Esforços empreendidos no sentido de conscientizar os litigantes da importância para os filhos e genitores da convivência harmoniosa de casais separados.** Constatação, por este Relator, de sentimentos indesejáveis como posse, domínio, intransigência, entre muitos outros, inviabilizando e comprometendo o sucesso da guarda compartilhada. Existência de ordenamento jurídico que existe e merece ser prestigiado - Lei nº 12.318/2010, que dispõe sobre a Alienação Parental. Análise minuciosa da prova documental e dos Pareceres Sociais - Documentos recentes anexados pela agravante que não corroboram as alegações do agravado no

sentido de que o convívio da menor com a genitora ofereça risco de transtornos psicológicos a mesma, mas, muito pelo contrário, recomendam o direito da filha em desfrutar de um período maior em companhia de sua mãe. Ausência de convencimento no sentido da necessidade da visitação assistida - Modificação da decisão - Provisório parcial do recurso. 0014558-26.2010.8.19.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO - 1ª Ementa, DES. CAMILO RIBEIRO RULIERE - Julgamento: 26/10/2010 - PRIMEIRA CAMARA CIVEL (grifo nosso)

O próximo tópico trata das possíveis formas de proteção e combate à alienação parental através do Poder Judiciário e do poder emanado da Constituição Federal e outros diplomas legais.

## Formas de proteção preventiva e de combate à Alienação Parental

### Estado Solidário e a Alienação Parental

A atual Constituição Federal imputa ao Estado a obrigação de criar meios eficientes através de políticas sociais, com o fim de manter a sociedade no maior nível de bem estar possível, de forma equânime, conforme leciona Alexandre de Moraes (2007, p.46).

É premente na sociedade atual a reprimenda de forma satisfatória da alienação parental e disto urge a necessidade de cuidados para com as crianças. Se é anseio da sociedade, absolutamente complacente o Estado deve ser e neste sentido atuar, conforme preleciona Regis de Oliveira na justificção do projeto de lei nº 4.053 de 2008 de sua própria autoria, que antecedeu e ensejou a promulgação da Lei da Alienação Parental, sob número 12.318 de 2010 (em anexo).

Pelo princípio da efetividade, norteador do direito de família entende-se segundo Maria Berenice Dias (2009, p.69) que:

O Estado impõe a si obrigações para com seus cidadãos. Por isso elenca a Constituição um rol imenso de direitos individuais e sociais, como forma de garantir a dignidade de todos. Isso nada mais é do que o compromisso de assegurar afeto: o primeiro obrigado a assegurar o afeto por seus cidadãos é o próprio Estado.

O princípio da máxima efetividade, também designado pelo princípio da maior extensibilidade, tem definição aludida por Marco Túlio de Carvalho Rocha (2009, p.105) *apud* Salgado (p. 33):

As normas que definem ou outorgam direitos fundamentais têm de ter interpretação ampla, porque tais direitos não são mera concessão do estado, mas: a) valores que não podem ser mutilados ou restringidos, e b) direitos universalmente destinados, ou seja, a todos os outorgados. Nesse caso, o intérprete tem de perquirir-lhe todo o alcance lógico, como, por exemplo, recorrer aos princípios explícitos ou implícitos da Constituição, que fundamentam o Estado de Direito. Não só a dimensão lógica destes direitos, mas também a axiológica, uma vez que, tendo os direitos fundamentais como conteúdo, valores, há de buscar o intérprete, na constelação dos valores a que pertence o conteúdo de um direito fundamental a sua explicitação, de forma a considerar protegidos outros que expressamente não se declararam como direitos, mas cuja postergação podem comprometer a plenitude da fruição do direito declarado.

Ao Estado foi imputado o dever de proteger as famílias e a sociedade, deveres estes, explicitados em amplo rol constitucional, bem como consubstanciado em seus princípios. Desta feita, deve o Estado procurar de forma diligente, cumprir com o que emana a Constituição Federal, criando mecanismos de condutas de ações preventivas e condutas supervenientes, no intento de pacificar as relações sociais. Sobre este tema trata o tópico a seguir.

Uma das formas de atuar na base seria a implantação no currículo escolar, de matérias que dissipem e eduquem as crianças e os adolescentes, sobre o que é a alienação parental, de que forma ela acontece e se desenvolve e como identificá-la no âmbito familiar. Premente a necessidade também, de criar meios de comunicação direta entre as escolas e os órgãos estatais e jurisdicionais, com o intento de denunciar casos de alienação parental. A educação de professores e pedagogos, no sentido de identificar a alienação parental, se faz mais importante ainda, vez que, são estes, os primeiros, depois dos familiares, a terem contato e presenciarem problemas psicológicos em seus alunos.

#### Formas de atuação judiciária na Alienação Parental

Tanto as medidas protetivas quanto as repressivas devem estar embasadas num contexto multidisciplinar e através da análise casuística por diversos profissionais, para então estabelecer quais ações e medidas tomar voltado à satisfação resolutiva do problema em questão, segundo Maria Regina Fay de Azambuja (2009).

Quando a guarda é compartilhada e incumbe a ambos os genitores exercer o poder familiar sobre sua prole e na verificação de ocorrência da alienação parental por um dos pais, cabe medida protetiva judiciária, com o intento de suspender o poder do genitor alienante, visando desta forma uma supressão ou minimização dos malefícios causados. Esta medida pode ser provocada por qualquer parente

interessado ou pelo Ministério Público, legitimados para a causa, segundo leciona Fabio Vieira Figueiredo e Georgios Alexandridis (2011).

Ainda sobre os parâmetros da intervenção estatal como atenuante ou como solução para os conflitos familiares, ressalta-se a incumbência dos juízes de família na correta decisão sobre a qual dos genitores ceder a guarda, decisão que baseia em laudos periciais multidisciplinares. Neste raciocínio assevera Fabio Vieira Figueiredo e Georgios Alexandridis (2011, p.38).

É necessário que a guarda seja estabelecida de maneira a resguardar tanto quanto se possa as vertentes de desenvolvimento da personalidade dos filhos, de modo que sejam salvaguardados seus direitos fundamentais, humanos e de personalidade.

Contudo é delicada a posição do Poder Judiciário, que ao mesmo tempo em que deve dirimir os conflitos, visando a melhor manutenção da família e a proteção dos direitos fundamentais dos menores, deve atentar para a veracidade ou verossimilhança das alegações serem verdadeiras ou não, para que não cometa injustiças irreparáveis ao genitor acusado e aos menores envolvidos, conforme preceitua Maria Berenice Dias (2009).

Acerca de qualquer solução que se possa vir aplicar ao caso concreto, importa ressaltar que há de se proceder à análise das situações jurídicas, que permeadas de conflitos são submetidas à interferência do poder judiciário. Ana Carolina Brochado Teixeira *apud* Torquato Castro (1985, p. 89), define situação jurídica:

A situação jurídica identifica-se com toda e qualquer forma de “revelação concreta” do Direito. Assim, a situação jurídica seria a solução dada a uma situação de fato, no plano da eficácia jurídica. Determinado fato será relevante para o Direito de acordo com as opções axiológicas da sociedade, em determinado momento histórico. Por isso, a importância da contextualização histórica, que se faz essencial para a compreensão deste fenômeno.

Em que pese a alienação parental estar normatizada e sendo a Lei da Alienação Parental um importante instrumento de defesa das suas vítimas, somente diante dos fatos concretos é que o direito irá moldar-se e conseqüentemente oferecer as soluções cabíveis. Segundo Ana Carolina Brochado Teixeira (2009), há uma passagem do abstrato para o caso concreto, evidenciando todas as suas peculiaridades e demandas.

Para a completa satisfação dos direitos dos menores preceitua Fabio Vieira Figueiredo e Georgios Alexandridis (2011, p. 82) *apud* Pietro Perlingieri (2008):

Para alcançar esse objetivo, é importante exigir que o *giudice minorile* seja especializado (e em alguns tribunais, há tempos, foi criada uma seção especializada para os problemas de família); todavia, não basta uma simples especialização: é necessária uma organização menos heterogênea. Existem competências muito diversas e vários juízes competentes para um mesmo problema. Tudo isso contribui para agravar a crise da família. Mesmo sem sustentar a necessidade de instituir um Tribunal da pessoa e da família, é indispensável unificar as competências neste setor, o que facilitará, também, uma maior especialização do juiz.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), versa em seu artigo 70 que “é dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos das crianças e dos adolescentes”. O supracitado artigo complementa o sentido de dever aduzido na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 227, parágrafo terceiro, ficando evidente que a prevenção se estende a família e a sociedade, além de ser uma obrigação estatal. Ao Estado incumbe criar políticas sociais de grande alcance, sendo na prática impossível para o serviço de assistência social promover a prevenção de práticas abusivas contra a criança sem a efetiva participação da sociedade e neste sentido preceitua Josiane Rosy Petry Veronese e Mayra Silveira (2011, p.163):

Garantir os direitos fundamentais significa oportunizar o desenvolvimento de crianças e adolescentes de modo adequado. O desenvolvimento sadio, dentro de um conceito amplo de cidadania, propicia a formação de um adulto equilibrado e mais consciente. Em longo prazo, isso proporcionará uma diminuição de algumas das mazelas sociais brasileiras como o analfabetismo, o desemprego e a violência.

A criação de pólos multidisciplinares, que envolvam a participação de profissionais de diversas áreas científicas, seria bastante apropriado no intuito de buscar soluções mais pacíficas para o embate aos litígios e também como forma de participação social, abrindo-se espaço para manifestação da comunidade. O desenvolvimento de políticas públicas neste sentido, nivelando a acessibilidade à toda sociedade, tem previsibilidade de ser bastante eficaz.

A busca pelo Poder Judiciário deve ser *ultima ratio*, e portanto, todas as alternativas de soluções de conflitos devem ser esgotadas antes de recorrer aos tribunais. Neste sentido o estado deve ser bastante enfático, criando métodos de dirimir os embates e é do que trata o próximo tópico.

Formas de compelir o Estado a atuar na solução de conflitos oriundos da Alienação

A forma de acionar o Estado para que intervenha em lides particulares, envolvendo menores, tendo como vítima o genitor alienado, é através da propositura de ação autônoma, direito este garantido pelo artigo 5º da Lei 12.318 de 2010 (Lei da Alienação Parental) e segundo Fabio Vieira Figueiredo e Georgios Alexandridis, 2011, serve para pleitear a apreciação da causa, bem como todas as reparações cabíveis. Sendo acionado o judiciário pelo instrumento supracitado, fica evidente e obrigatória a extensão da ação estatal consubstanciada em laudos e perícias técnicas provenientes da intervenção de equipe multidisciplinar, nesse sentido leciona Waldyr Grisard Filho (2010, p. 51):

O poder familiar é instituto de proteção da menoridade, que investe os pais em um complexo de direitos e deveres em relação aos filhos menores. Trata-se de um *munus* público, razão pela qual o Estado está legitimado a entrar no recesso da família, a fim de defender os menores que aí vivem. E o faz fiscalizando a atuação dos pais, por não ser o poder familiar absoluto, nem intangível, com o propósito de evitar abusos.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, inciso LXXVII, resguarda a garantia fundamental de celeridade processual, a fim de evitar os possíveis danos

provenientes da morosidade judicial. Contudo este instituto jurídico vai de encontro a outros princípios constitucionais e não menos importantes, que tratam da segurança jurídica, da ampla defesa e do contraditório. No intuito de não eleger um princípio em detrimento de outro, existe a possibilidade calcada em direito processual de ver sua demanda atendida, mesmo que provisoriamente, de forma antecipada e são as chamadas tutelas de urgência (processo cautelar e tutela de urgência), segundo Fabio Vieira Figueiredo e Georgios Alexandridis (2011).

Importante diferenciar processo cautelar de tutela de urgência. O primeiro busca dar efetividade às garantias oriundas de outro processo já em andamento ou a ser ajuizado, a fim de prevenir a garantia da satisfação pleiteada, enquanto que tutela de urgência é ver satisfeita antecipadamente, dentro de um mesmo processo, direito pleiteado, segundo Fabio Vieira Figueiredo e Georgios Alexandridis (2011, p. 94) que lecionam ainda:

A tutela antecipada, assim, possibilita a efetividade do direito que está sendo tutelado, antecipando o momento de sua concessão para antes da prolação da sentença. Desta forma, a questão da alienação parental mostra ser um importante instituto para que o juiz possa fixar de forma liminar limites ao alienador, na forma preconizada nos incisos do artigo 6º da Lei 12.318 de 2010.

Na ação autônoma ajuizada em face do alienador, busca-se de forma efetiva a garantia de direitos fundamentais e outros direitos elencados na Lei de Alienação Parental, através de antecipações de tutela, supressão de direitos do alienador, repressão de suas atitudes, dentre outras proteções. No entanto, ainda é possível no mesmo processo a cumulação de pedidos, desde que esteja presente o nexo de causalidade, ao exemplo da indenização por danos morais causados ao genitor alienado. A cumulação pode ser simples, que cabe nas ações que tratam da alienação parental ou sucessiva e segundo Fabio Vieira Figueiredo e Georgios Alexandridis (2011, p. 95) *apud* Marcus Vinicius Rios Gonçalves:

Cumulação simples é aquela tratada diretamente no CPC, art. 292. O autor formula, em face do mesmo réu, dois ou mais pedidos somados, pretendendo obter êxito em todos. Para que a cumulação seja simples, é preciso que os pedidos sejam interdependentes e que o resultado de um não dependa do outro. Será possível, portanto, que o autor tenha êxito em um, mas não nos outros, caso em que haverá procedência parcial da demanda.

Sobre a reparação por danos morais, leciona Maria Berenice Dias (2009, p. 417) que a condenação para o pagamento de indenização por danos morais tem caráter educativo, não somente ao condenado como para toda a sociedade que passa a perceber a tendência do judiciário a utilizar-se desta ferramenta a fim de estimular a convivência harmoniosa, saudável e pacífica entre pais e filhos e segundo a autora:

Mesmo que os genitores estejam separados, a necessidade afetiva passou a ser reconhecida como bem juridicamente tutelado. A indenização por abandono afetivo poderá converter-se em instrumento de extrema relevância e importância para a configuração de um direito das famílias mais consentâneo com a contemporaneidade, podendo desempenhar **papel pedagógico** no seio das relações familiares. (grifo do autor)

(...)

Dessa forma, o **dano à dignidade humana** do filho em estágio de formação deve ser passível de reparação material, não apenas para que os deveres parentais deliberadamente omitidos não fiquem impunes, mas, principalmente, para que, no futuro, qualquer inclinação ao irresponsável abandono possa ser dissuadida pela firme posição do Judiciário, ao mostrar que o afeto tem preço muito alto na nova configuração familiar. (grifo do autor).

Em nossa nova realidade, amparada pela Constituição Federal de 1988, é possível perceber de forma inequívoca que os laços que unem as famílias consubstanciam-se no afeto. Desta feita, impossível compactuar com comportamentos hostis, de degradação e de afronta aos princípios emanados da Carta Magna. Absolutamente necessário, a intervenção estatal, da sociedade e da família no atingimento da meta maior que é a preservação da família, núcleo da sociedade, e que os menores sejam tratados como sujeitos de direitos que assim o são e tenham seu desenvolvimento amplo e digno. Neste sentido evidencia-se um menor número de problemas sociais oriundos da falta de afeto e de suas consequências. O direito é uma grande via de intervenção estatal e pode prever sua atuação da forma como pontua Antonio Luís Machado Neto (2008, p. 412):

Classificando os interesses opostos em duas categorias: os que merecem proteção e os que não merecem.

Estabelecendo uma hierarquia de prioridade entre os esquemas de possível harmonização ou compromisso entre interesses parcialmente opostos.

Definindo os limites dentro os quais tais interesses devem ser reconhecidos e protegidos, mediante princípios jurídicos que são congruentemente aplicados pela autoridade jurisdicional ou administrativa, caso tais princípios não sejam aplicados espontaneamente pelos particulares.

Estabelecendo e estruturando uma série de órgãos para: a) declarar as normas que servirão como critérios para resolver tais conflitos de interesse; b) desenvolver e executar as normas; c) ditar normas individualizadas aplicando as normas gerais aos casos concretos.

Apesar de a intervenção estatal ser provisionada constitucionalmente e em outros normativos jurídicos, importante salientar que esta intervenção deve ser mínima. Salutar no sentido de proteger a família, porém não invasiva de modo a orquestrar em demasia sua existência. Neste sentido leciona Pablo Gagliano e Rodolfo Pamplona Filho (2009, p. 105) *apud* Rodrigo Da Cunha Pereira (2006, p.157):

O Estado abandonou sua figura de *protetor-repressor*, para assumir postura de Estado *protetor-provedor-assistencialista*, cuja tônica não é de uma total ingerência, mas, em algumas vezes, até mesmo de substituição à eventual lacuna deixada pela própria família como, por exemplo, no que concerne educação e saúde dos filhos (cf. art. 227 da Constituição Federal). A intervenção do Estado deve apenas e tão somente ter o condão de tutelar a família e dar-lhe garantias, inclusive de ampla manifestação de vontade e de que seus membros vivam em condições propícias à manutenção do núcleo afetivo. Essa tendência vem se acentuando cada vez mais e tem como marco histórico a Declaração Universal dos Direitos do Homem, votada pela ONU em 10 de dezembro de 1948, quando estabeleceu em seu art. 16.3: A

*família é o núcleo natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção da sociedade e do estado. (grifos do autor)*

O embate à SAP deve ser severo e premente e o praticante da alienação deve ser impelido a cumprir algum tipo de pena, tendo esta caráter educativo, prevendo a cessação da alienação parental e o repúdio a novas práticas. Entre várias possibilidades de agir do Estado estão as mais importantes, segundo Analicia Martins de Sousa (2010, p.176-177):

a)ordenar a realização de terapia familiar, nos casos em que o menor já apresente sinais de repulsa ao genitor alienado; b)determinar o cumprimento do regime de visitas estabelecido em favor do genitor alienado, valendo-se, se necessário, da medida de busca e apreensão; c) ordenar o genitor alienante ao pagamento de multa diária enquanto perdurar a resistência às visitas ou a prática ensejadora da alienação; d)alterar a guarda do menor – principalmente quando o genitor alienante apresenta conduta que possa reputar como patológica -, determinado, ainda, a suspensão das visitas em favor do genitor alienante ou que sejam realizadas de forma supervisionada; e)dependendo da gravidade do padrão do comportamento do genitor alienante ou mesmo diante da resistência por este oposta ao cumprimento das visitas, ordenar a respectiva prisão.

...

Alguns autores, em sua interpretação da legislação pátria, destacam a possibilidade de imposição de multa, inversão da guarda, perda ou suspensão do poder familiar, e até mesmo a prisão do genitor alienador. Dentre as medidas sugeridas destaca-se a determinação, ou imposição de acompanhamento psicológico.

A atuação estatal deve imperar, sempre com foco na cessação da alienação parental, de forma preventiva ou ainda combativa, punindo os alienadores de forma contundente, a fim de mostrar a toda sociedade que esta prática não ficará impune. Ressalte-se que o Estado deve agir de forma solidária, em perfeita consonância com os preceitos constitucionais, buscando sempre amparar as famílias de forma a dirimir os conflitos de maneira a causar menos traumas e socorrer-se da ação judiciária depois de todas as outras instâncias terem sido superadas, visando dar máxima efetividade ao princípio da proteção integral, servindo este para proteger os menores de todos os males da sociedade a que são submetidos.

#### Considerações finais

Com o advento do novo ordenamento constitucional no ano de 1988, ficou evidente que o legislador constituinte, buscou legitimar o Estado para que participe de forma atuante na sociedade e nas famílias, outorgando-lhe a capacidade e dizemos ainda, a obrigação de, agir de forma solidária aos seus nacionais.

Com a supremacia dos princípios constitucionais e dos direitos fundamentais faz-se necessário buscar o atendimento dos mandamentos legislativos, para que o novo traçado político-social seja efetivado de forma democrática e em atendimento integral ao que está preceituado.

Em síntese, o Estado tem o dever de assegurar o bom convívio e manutenção do afeto entre familiares e a sociedade de um modo geral. Permite-se ao Estado, intervir de forma prática no âmbito familiar buscando as soluções para os litígios da forma mais diligente possível. O princípio da máxima efetividade deve embasar as obrigações estatais, pois, majora a interpretação dos direitos fundamentais, que antes de serem simplesmente normas, são valores sociais.

O intento a ser buscado é não pautar as intervenções em soluções unicamente paliativas e compelir o Estado a agir precipuamente de forma a adotar medidas em caráter protetivo e quando for o caso em caráter repressivo.

As medidas sócio-educativas são as primeiras a serem implementadas e devem consistir na disseminação do que consiste ser a alienação parental e em decorrência desta, no que consiste ser a Síndrome da Alienação Parental. A proposta apresentada é que, o Estado, utilizando-se do seu poder normativo, imponha à toda rede escolar pública e privada que, acrescente às suas ementas o tema retro citado, para que, de forma didática, possa educar as crianças e adolescentes sobre a possibilidade de sofrer o assédio em tela, bem como estabelecer formas de identificação do mesmo. Ainda, criar um canal de comunicação entre as escolas e os órgãos jurisdicionais para que, quando, perceba que alguns de seus alunos estejam apresentando problemas psicológicos ou demonstrem que algo não está bem, possa estar denunciando e levando a conhecimento público tais problemas.

Premente também, a necessidade de desenvolver pólos de atendimentos multidisciplinares, constituídos por profissionais das áreas da medicina, psicologia, sociologia, medicina e outras ciências afins, no intento de prestar atendimento de apoio, educacional e terapêutico. O principal desígnio dos módulos multidisciplinares seria a busca pelas soluções não litigiosas, intervindo de forma a restabelecer ou implantar formas de manter as relações amigáveis e as disputas harmônicas, visando sempre o bem estar dos menores e dos genitores alienados.

Importante ainda, encorajar os magistrados pela busca da especialização, no que tange conhecimentos específicos acerca do tema em tela, no intento de que possam se enganar o menor número de vezes possíveis, na identificação dos verdadeiros alienadores e dos alienados. Não são poucas as vezes que, o genitor que possui a guarda, imputa falsas acusações de assédio sexual ao genitor alienado, visando que a justiça ordene o afastamento em definitivo dos menores do acusado. Fato este, que pode denegrir a imagem e a moral de uma pessoa por toda sua vida. A idéia é conduzir os magistrados para a excelência dos diagnósticos realizados, estes, feitos com base nas provas produzidas nos autos bem como as alegações contidas nos mesmos. É tornar o senso de justiça mais apurado, mais refinado, evitando assim, o cometimento de injustiças.

Uma maior especialização das varas também é o ideal a ser buscado, posto que, é sabido não ser possível atender a todas as demandas, de forma exímia, sem subdividir as matérias.

Em suma, as garantias e preceitos fundamentais, não são isoladas ao universo brasileiro, e sim, emanam de preceitos universais, amplamente difundidos e que deixam em voga, a premente e precípua necessidade de proteger os menores, as famílias e a sociedade de males, que impeçam o desenvolvimento sadio dos seus. Uma grande nação é aquela que prima pelo bem estar dos seus cidadãos, tornando o direito sua aliada na proteção dos injustiçados.

## Referências

AZAMBUJA, Maria Regina Fay de. Guarda Compartilhada: A justiça pode ajudar os filhos a ter pai e mãe? In: SOUZA, Ivone Maria Candido Coelho de. (ORG) **Parentalidade: Análise psicojurídica**. Curitiba: Editora Juruá. Capítulo 6. 105-142

BAUMANN, Zygmunt. **Tempos Líquidos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 5. ed. São Paulo: RT, 2009.

\_\_\_\_\_. **Síndrome da alienação parental, o que é isso?** Disponível em: <http://www.ibdfam.org.br/novosite/artigos/detalhe/463>. Acesso em 18/08/2012

\_\_\_\_\_. **Falsas Memórias**. Disponível em: [http://www.mariaberenice.com.br/uploads/2\\_-\\_falsas\\_mem%F3rias.pdf](http://www.mariaberenice.com.br/uploads/2_-_falsas_mem%F3rias.pdf) Acesso em 25/09/2012

DIMOULIS, Dimitri. **Teoria Geral dos Direitos Fundamentais**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008. Pag. 132-153

FIGUEIREDO, Fabio Vieira; ALEXANDRIDIS, Georgios. **Alienação Parental**. São Paulo: Saraiva, 2011.

FONSECA, Priscilla Maria Pereira Correa da. **Síndrome da Alienação Parental**. São Paulo. Disponível em <http://pediatriaSaoPaulo.usp.br/upload/pdf/1174.pdf>

GAGLIANO, Pablo; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil 6**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. Pag 1-17; 281-286

GRISARD FILHO, Waldyr. **Guarda Compartilhada**. 5. ed. São Paulo: RT, 2010.

\_\_\_\_\_. **Famílias Reconstituídas**. 2. ed. São Paulo: RT, 2010

LOTUFO, Maria Alice Zaratini. **Curso Avançado de Direito Civil**. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002. Pag 20-28

MACHADO NETO, Antonio Luís **Sociologia Jurídica**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

MORAES, Alexandre de. **Direitos Humanos Fundamentais**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

PINHEIRO, Vera Lucia Andersen. **Revista do Cao Civil**. Pará: Santos Editora, n.15, dez. 2009. Disponível em

[HTTPS://www2.mp.pa.gov.br/sistemas/gcsubsites/upload/25/REVISTA%20DO%20CAO%20CIVEL%2015\(3\).PDF](https://www2.mp.pa.gov.br/sistemas/gcsubsites/upload/25/REVISTA%20DO%20CAO%20CIVEL%2015(3).PDF). Acesso em 15 abril, 2012.

REVISTA DO CAO CIVEL. Pará: Santos Editora, n.15, dez. 2009. Disponível em <[https://www2.mp.pa.gov.br/sistemas/gcsubsites/upload/25/REVISTA%20DO%20CAO%20CIVEL%2015\(3\).pdf](https://www2.mp.pa.gov.br/sistemas/gcsubsites/upload/25/REVISTA%20DO%20CAO%20CIVEL%2015(3).pdf)>. Acesso em 15 abril, 2012, 01:01:45

ROCHA, Marco Túlio de Carvalho. **O Conceito de Família e suas Implicações Jurídicas**. São Paulo: Elsevier, 2009. Pag. 9-27

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 23. ed. São Paulo: Malheiros, 2003. Pag. 90-96

SOUSA, Analicia Martins de. **Síndrome da Alienação Parental: um novo tema nos juízos de família**. São Paulo: Cortez, 2010.

TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado. **Família, Guarda e Autoridade Parental**. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

TEIXEIRA, Ana Clarice Leal. **A Síndrome da Alienação Parental na Reforma do Judiciário**. Disponível em <<http://5398011730661013200-a-1802744773732722657-s-sites.googlegroups.com/site/alienacaoparental/textos-sobre-sap/>>. Acesso em 15 abril, 2012, 01:40:35

VENOSA, Silvio. **Direito Civil: Direito de Família**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

VERONESE, Josiane Rose Petry; SILVEIRA, Mayra. **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado**. São Paulo: Conceito editorial, 2011.